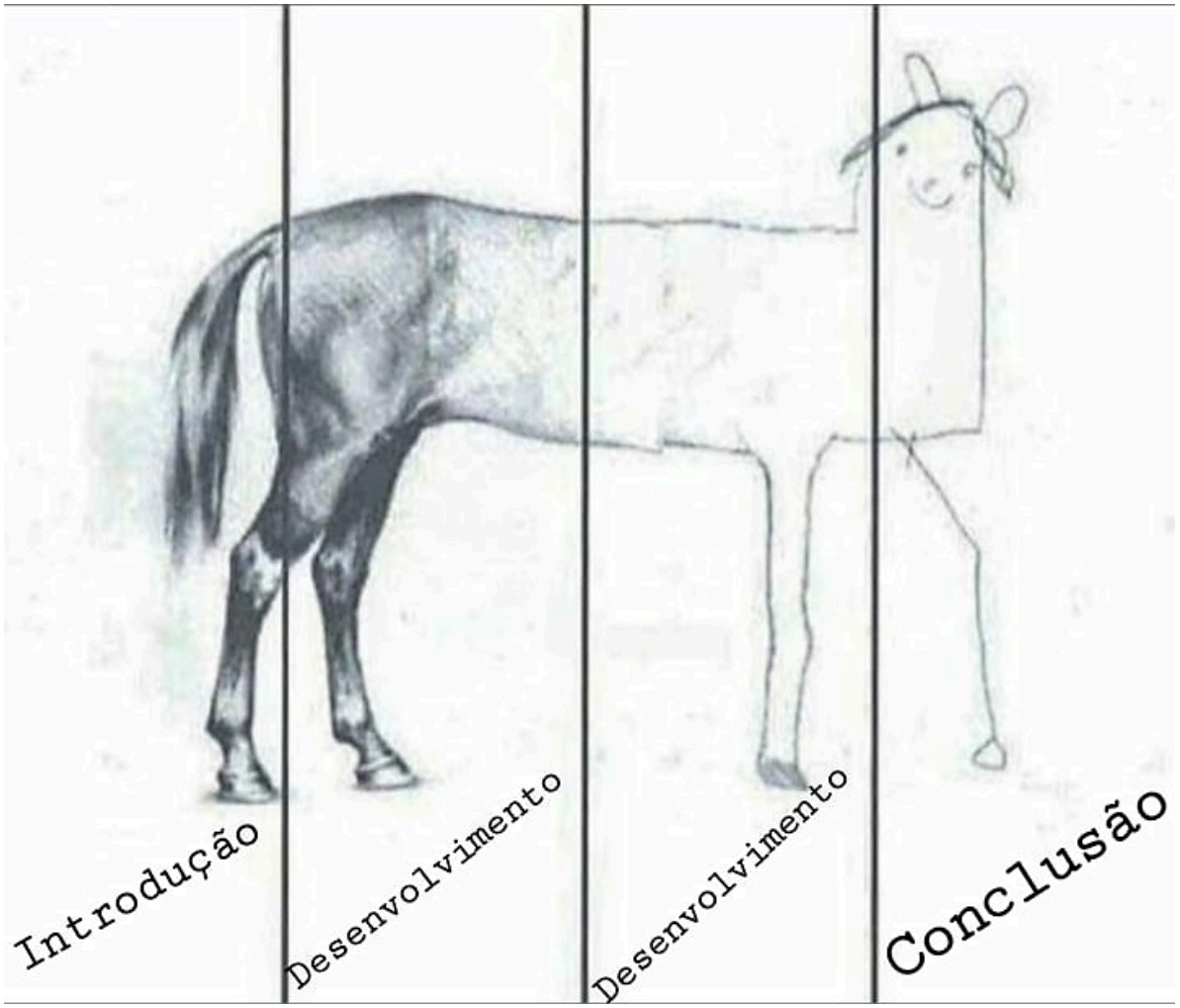
Estrutura geral da redação Enem

Professor Filipe – 13/03/2023

Introdução, desenvolvimento e conclusão. Ok, todo mundo sabe que essas são as partes do texto dissertativo-argumentativo? Mas o que a gente escreve em cada uma delas? Do que uma boa introdução precisa? O que se faz nos desenvolvimentos? Como devemos concluir a redação? Vamos responder a essas perguntas nesta aula, analisando e dissecando uma redação Enem. Mais uma vez, vamos perceber que, mais do que escrever bem e conhecer a estrutura da prova, é preciso organizar o texto de acordo com os critérios de avaliação para garantir uma nota alta – quem sabe, até mesmo uma nota mil!

ESTRUTURA DO TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO



Fonte: Twitter

Parte I – Afinal, o que é uma introdução e para que ela serve?

- É o parágrafo inicial do texto.
- É um parágrafo curto, menor do que qualquer um dos parágrafos de desenvolvimento.
- Deve conter, no mínimo, dois períodos sintáticos.
- Tem como função apresentar o tema proposto e evidenciar nossa tese a partir desse tema.
- Uma boa introdução também evidencia que, desde o primeiro parágrafo, já sabemos por qual caminho nossa argumentação irá seguir, o que demonstra o planejamento do texto.

Em resumo, quando organizamos uma introdução, devemos nos preocupar em apresentar os seguintes elementos:

a) Contextualização/delimitação do tema

b) Tese/problematização geral sobre esse tema

c) Antecipação argumentativa

Vejamos o exemplo abaixo:

"Tu achas que sou uma selvagem/E que conheces o mundo/ Tu pensas que esta terra te pertence." Os versos do filme da Disney "Pocahontas" revelam a percepção de uma indígena norte-americana diante da chegada de colonizadores ingleses em sua terra. Nesse contexto de desvalorização dos povos locais, evidencia-se a similaridade da obra com o cenário brasileiro, dada a falta de reconhecimento atribuída às comunidades tradicionais do país. Dessa forma, os desafios para a valorização de tais populações apoiam-se seja na carente abordagem do tema na educação e na mídia, seja na lógica predatória do mercado capitalista vigente no território nacional.

Redação nota mil de Laura Muniz de Lima Leitão

Parte II – O que é o desenvolvimento do texto?

- É a parte da redação responsável **desdobrar os argumentos** que apresentamos para defender nossa **tese** sobre o tema proposto pela banca.
- É nesta etapa do texto que, de fato, a redação acontece: é aqui que **argumentamos** em favor de um ponto de vista a partir da mobilização dos mais variados conhecimentos e repertórios.
- Devido a sua importância, o desenvolvimento é a **maior** das três partes que compõem a redação. Espera-se que cada desenvolvimento seja maior do que o parágrafo de introdução.

Em relação à organização do desenvolvimento, há mais uma maneira de apresentar as ideias do parágrafo, conforme veremos mais adiante. No entanto, todo bom desenvolvimento costuma apresentar as seguintes características:

- O argumento que será trabalhado é destacado no parágrafo, geralmente na primeira frase.
- Um repertório sociocultural é mobilizado para embasar o argumento.
- Esse repertório é devidamente associado ao problema em discussão.
- O desenvolvimento geralmente encerra com uma finalização para não deixar nenhuma ideia em aberto, na qual o autor emite um juízo de valor acerca do problema, reforçando a pertinência do argumento.

Vejamos o exemplo abaixo, que corresponde ao primeiro desenvolvimento da redação que começamos a analisar na seção anterior:

Nesse viés, constata-se que as escolas e os aparatos de comunicação do Brasil, frequentemente, não se preocupam em proporcionar informações e discussões sobre a temática. Sob essa perspectiva, o conceito de "Epistemicídio", cunhado pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos, revela o apagamento e a posterior morte de modos de vida, de saberes e de valores de grupos sociais, bem como o favorecimento dos desígnios do colonialismo em detrimento da diversidade cultural. Tal ideia apresenta-se extremamente presente na sociedade brasileira, uma vez que, na maioria dos casos, as instituições escolares e os veículos midiáticos disseminam a cultura hegemônica, negligenciando as tradições dos povos originários – a exemplo da história do país ensinada nas salas de aula, baseada na perspectiva europeia, além dos filmes, das músicas e dos livros disseminados na mídia. Por conseguinte, por não ser suficientemente debatido nas principais instâncias da nação, o reconhecimento dessas comunidades é dificultado, sendo, dessa maneira, silenciado no país.

Vamos agora ao segundo desenvolvimento da redação:

Ademais, a economia do Brasil, baseada principalmente no lucro, é responsável por prejudicar a relação das populações tradicionais com a terra, sua principal fonte de sobrevivência. Diante disso, o "Princípio da responsabilidade", ideia desenvolvida pelo filósofo Hans Jonas, defende que os seres humanos devem tomar decisões comprometidas com a coletividade e com o futuro social, e não apenas com interesses individuais a curto prazo. No entanto, observa-se que as autoridades governamentais não cumprem tal proposta, pois as demandas das sociedades dependentes diretamente da natureza são gravemente afetadas perante a expansão da fronteira agropecuária, as queimadas e os desmatamentos – práticas de interesse ao agronegócio, indústria altamente lucrativa. Logo, a irresponsabilidade do poder público impede a garantia da dignidade dos povos locais, os quais têm sua fonte de moradia, de alimentação e de tradições destruída.

Parte III – Para que serve a conclusão da redação?

- É a parte da redação responsável por **encerrar** a discussão desenvolvida ao longo do texto. É, portanto, o "último recado" que daremos ao corretor e à banca.
- Tendo em vista que o texto exigido pelo Enem é o **dissertativo-argumentativo**, isto é, um texto em que nos posicionamos sobre um tema, é importante **reiterar** a argumentação na conclusão.
- Como os temas do Enem sempre partem de problemas sociais, é a conclusão também que apresenta uma **proposta de intervenção** para a problemática discutida.

Em relação à organização da conclusão no Enem, o essencial é que ela, de fato, encerre a discussão sobre o tema e apresente uma proposta de intervenção que atue sobre o problema debatido. De modo geral, boas conclusões costumam apresentar os seguintes elementos:

- A retomada do tema (via palavras-chave)
- A recuperação dos argumentos
- A proposta de intervenção, com **agente**, **ação**, **modo/meio**, **efeito/finalidade** e **detalhamento**.
- Uma frase de fechamento.

Vejamos o exemplo abaixo, que corresponde à conclusão da redação que estamos analisando:

Portanto, frente à negligência da educação e da mídia e à lógica predatória do mercado econômico, cabe ao Ministério da Educação, a fim de promover maior reconhecimento às comunidades originárias no cenário nacional, ampliar a discussão sobre esses indivíduos nas instituições de ensino e na mídia, por meio da veiculação de campanhas educativas nos aparatos de comunicação e da realização de palestras mensais sobre o assunto nas escolas – as quais devem contar com a participação de povos locais. Além disso, o Ministério Público deve minimizar a degradação do meio ambiente brasileiro, por intermédio da elaboração de legislações e de fiscalizações mais rígidas para as empresas do agronegócio, com o objetivo de garantir o direito pleno à terra para as comunidades tradicionais. Assim, o sentimento de Pocahontas não será reproduzido nesses sujeitos.

Parte IV – Análise de mais uma redação

Na primeira fase do Romantismo, os aspectos da natureza brasileira e os povos tradicionais foram intensamente valorizados nas obras, criando um movimento ufanista em relação a características nacionais. Tal quadro de valorização, quando comparado à realidade, não foi perpetuado, apresentando preocupantes desafios para a exaltação das comunidades nativas na contemporaneidade. Nesse sentido, a problemática não só deriva da inércia estatal, mas também do descaso social.

De início, é importante observar que a inércia governamental é uma das principais barreiras para a valorização dos povos tradicionais. Nessa perspectiva, de acordo com a Constituição Brasileira de 1988, é responsabilidade do Estado garantir a preservação e a exaltação das comunidades nativas, incluindo medidas voltadas para a proteção de suas culturas. Entretanto, tal postulado é quebrado quando comparado à contemporaneidade, haja vista que a maioria dos povos tradicionais, como indígenas e quilombolas, não possui seus direitos estabelecidos, a exemplo da demarcação de terras, sendo perversamente abandonada por um governo que não oferece o suporte e o auxílio garantidos por lei. Por conseguinte, a partir do momento que o Estado é passivo e negligente, as autoridades são responsáveis tanto por estabelecer um equivocado cenário de quebra de direitos constitucionais quanto por criar um errôneo quadro de desvalorização cultural da nação, já que as culturas das comunidades nativas representam o patrimônio de todos os brasileiros. Desse modo, a postura governamental vigente acentua a negligência perante os povos naturais do país.

Além disso, o descaso social é outro desafio que alastra a desvalorização de comunidades nacionais. Nesse viés, segundo o escritor Nelson Rodrigues, isso ocorre devido ao Complexo de Vira-Lata presente entre os indivíduos, em que os brasileiros apresentam, em sua maneira, um sentimento de inferioridade perante as nações exteriores, depreciando, assim, a cultura nacional. Sob tal ótica, grande parte da população assume equivocadamente um papel inerte e indiferente em relação à valorização das comunidades nativas, uma vez que, devido ao errôneo sentimento depreciativo, não é capaz de enxergar que a proteção e a exaltação dos povos tradicionais são de suma importância para garantir a sobrevivência desses grupos e para a preservação do patrimônio cultural da nação. Consequentemente, a visão míope e deturpada da sociedade é responsável por formar um corpo social negligente e indiferente acerca da própria história, ocasionando o abandono de parcelas tradicionais e o esquecimento do legado cultural dos povos nativos.

Fica claro, portanto, que medidas necessitam ser tomadas para solucionar a problemática. Nesse sentido, é preciso que o Estado elabore um projeto de amplificação da valorização das comunidades tradicionais, por meio do aumento de medidas de proteção a tais grupos, a exemplo da intensificação da demarcação de terras, com o objetivo de reverter a postura inerte dos órgãos governamentais, para que, dessa forma, os povos nativos tenham seus direitos garantidos. Ademais, a mídia institucional deve criar projetos de exaltação cultural, por intermédio da produção de campanhas digitais que abordem a importância da preservação de traços nacionais com o intuito de desconstruir o sentimento de inferioridade social, para que, dessa maneira, seja possível reverter o descaso dos indivíduos perante a valorização das comunidades nativas. Assim, os princípios de exaltação nacional presentes no Romantismo poderão ser relacionados à realidade brasileira.

Redação nota mil de Ana Alice Azevedo

Parte V - Exercícios

Pessoal, vou listar duas tarefas para esta semana.

A primeira delas consiste em assistir a um dos vídeos da nossa biblioteca de aulas sobre a organização geral da redação Enem:

https://www.mesalva.com/app/conteudos/opta1-planejamento-e-plano-de-texto?contexto=materias%2Forganizacao-e-planejamento-do-texto&modulo=opta-planejamento-e-plano-de-texto

Também vou indicar a leitura das páginas 43 a 47 da nossa apostila de Redação. Nessas páginas, são revisadas algumas das etapas de planejamento do texto, parágrafo por parágrafo.

Apostila de Redação – Capítulo 3 – páginas 43 a 47